



PETER HÜNERMANN é teólogo alemão, professor aposentado de Dogmática Católica na Universidade Eberhard Karls de Tübingen, na Alemanha. Também lecionou Dogmática na Westphalian Wilhelms, em Münster.

Peter Hünermann | Foto: Corresponsa di Roma

Sinodalidade é a grande novidade e também o desafio de Francisco



DESDE QUE ASSUMIU O TRONO DE PEDRO, Jorge Mario Bergoglio vem trabalhando para dessacralizar e retirar o tom absolutista da figura do pontífice. “A monarquia moderna, ‘pura’, isto é, absoluta, leva ao caos”, diz o teólogo PETER HÜNERMANN, ao afirmar que Francisco tem clareza disso. Por isso, na sua opinião, o atual Papa vem trabalhando para demonstrar que o líder da Igreja não precisa estar envolto numa áurea mítica. É verdade que o Papa adota vestes e acessórios mais modestos, evita desperdícios, mas, para Hünermann, a grande marca, a novidade em Bergoglio, é a **sinodalidade**. Conceito que, aliás, traz do Concílio Vaticano II e que insiste em trabalhar com o episcopado. “Em sua grande alocução para o jubileu em torno da instalação do Sínodo dos Bispos em Roma em outubro de 2015, o papa Francisco tratou extensamente da sinodalidade na Igreja, mostrou seu fundamento teológico e falou da necessidade de introduzi-la em todos os níveis da Igreja”, recorda. Para o Papa, segundo Hünermann, “**é impossível tratar o povo de Deus como sujeito meramente passivo a ser instruído por ministros**”.

O problema é que mexer nas formas institucionalizadas gera desconfortos e, logo, resistências. “**Claramente os maiores desafios com que o papa Francisco se depara: trata-se das formas de institucionalização das inovações**”, avalia o teólogo na entrevista concedida por e-mail à *IHU On-Line*. E adverte que “**no episcopado mundial e entre os cardeais existe um pequeno grupo de bispos que defendem uma teologia semelhantemente tacanha e tradicionalista**”. “**Se as conferências episcopais não estiverem constituídas de forma sinodal e dotadas das respectivas competências, a Igreja atual não pode trilhar o caminho pelo qual a vontade de Deus quer guiar a Igreja hoje em dia**”,

acrescenta. E adverte que “**o número de escândalos eclesiais vai continuar na Igreja se não se implementar a sinodalidade junto com suas competências de controle e decisão**”.

Entrevista por JOÃO VITOR SANTOS
IHU On-Line – **Como o senhor tem apreendido esses cinco anos do pontificado de Francisco? Quais temas avançaram e quais ainda não evoluíram o quanto se esperava?**

Peter Hünermann – O Papa Francisco deu impulsos espirituais, pastorais e teológicos substanciais e reavivou o espírito do evangelho. Isso se mostra bem claramente na atuação pública do Papa, como nos documentos publicados. Menciono apenas *Evangelii gaudium*, *Amaris laetitia*, *Laudato si'*, a grande alocução por ocasião do jubileu do Sínodo dos Bispos em Roma sobre o tema da sinodalidade como caminho da Igreja no terceiro milênio, o texto recente sobre a santidade. A isso se acrescentam decisões práticas: a nomeação do conselho de nove cardeais, a consulta ao povo de Deus sobre o Sínodo dos Bispos em Roma etc. Aconteceu muitíssima coisa, e o papel do Papa assumiu uma outra forma.

O que reside dos pontificados anteriores em Francisco? E que novidades de facto ele traz?

O papa Francisco assumiu a “teologia pastoral” de João XXIII e do Concílio Vaticano II. Ele já a tinha defendido de modo muito incisivo publicamente em Aparecida: “Pastoral não constitui o oposto de ‘doutrinal’, mas compreende a dimensão doutrinal, e tampouco é uma mera aplicação de um tipo prático e contingente de teologia. A própria revelação – e por isso toda a teologia – é pastoral no sentido de que ela é a palavra da salvação, palavra de Deus para a vida do mundo.”

Neste sentido, para o Papa – assim como para o Concílio Vaticano II – as

doutrinas teológicas transmitidas devem ser submetidas a uma avaliação crítica no respetivo contexto pastoral contemporâneo. “Ao observarmos a história, vemos que as formas religiosas do catolicismo se modificaram de modo evidente. Basta pensar, por exemplo, no Estado eclesiástico, em que o poder secular estava indissolavelmente ligado com o poder espiritual. Isso era uma deformação do cristianismo, não correspondendo nem ao que Jesus queria e nem ao que Deus queria. Se ao longo da história a religião pode passar por mudanças tão grandes, por que não se haveria, então, de pensar que ela pode se adaptar à cultura dos tempos também no futuro?”

Quais as fragilidades dessa sua teologia?

No tocante aos pontos fracos de sua “teologia pastoral” – isto é, de sua atividade doutrinária e sua “política eclesiástica” ou prática de direção da Igreja –, sente-se falta da necessária “consolidação institucional” de suas iniciativas. Existem muitos exemplos disso:

a) O Conselho dos oito cardeais tem, juridicamente, a forma de uma comissão *ad hoc*. Sua tarefa e função foram esboçadas à mão pelo Papa Francisco em um bloco de anotações. Será que, do ponto de vista do direito eclesiástico, uma decisão importante é “institucionalizada” dessa maneira? Já durante o pontificado de João Paulo II, e mais concretamente ainda no pontificado de Bento XVI, todo observador via claramente que o Papa não pode dirigir a administração do Vaticano sem um Consistório permanente – o paralelo histórico ao Santo Sínodo dos patriarcas orientais. A monarquia moderna, “pura”, isto é, absoluta, leva ao caos.

b) Em *Amoris Laetitia*, o papa Francisco apresentou uma visão da compreensão sacramental do matrimônio apoiada no Vaticano II e, assim, corrigida em termos teológicos e pastorais. Essa não é mais a visão de Pio XI, Pio XII e Paulo VI, que se ativeram todos à *Casti conu-*

bii e à doutrina lá proposta. João Paulo I só trouxe um pequeno aprofundamento em *Familiaris consortio*, mas, assim como Bento XVI, ateve-se a um conceito natural de matrimônio que é, a rigor, fundamentalista, por ser a-histórico. Com isso, o cerne de *Casti conubii* ficou intocado. Esta encíclica nega todo desenvolvimento sociocultural e a história do matrimônio. As afirmações do Antigo Testamento sobre a poligamia não são levadas a sério, e as diversas passagens neotestamentárias são niveladas. Essa compreensão marca as afirmações do CIC - *Código de Direito Canônico*, de 1983. Neste ponto seria preciso mudar as afirmações do CIC.

Quais os desafios do pontificado?

Os exemplos acima aduzidos na área doutrinária e jurídico-prática mostram claramente os maiores desafios com que o papa Francisco se depara: trata-se das formas de institucionalização das inovações. Que no episcopado mundial e entre os cardeais existe um pequeno grupo de bispos que defendem uma teologia semelhante a tacanha e tradicionalista como a do arcebispo condenado Lefebvre é um facto com o qual o papa Francisco tem de contar.

Qual o papel de Joseph Ratzinger nos processos de reforma da Igreja Católica do século XX? E em que medida esse seu papel incide sobre o pontificado de Francisco?

No tocante à recepção do Concílio Vaticano II, Joseph Ratzinger está alinhado com Paulo VI e João Paulo II. Todos eles são de opinião que o Vaticano II complementa a tradição doutrinária do Segundo Milênio, de modo que o antigo e o novo coexistem. Isso se manifesta claramente – para Paulo VI – no Credo do povo de Deus. Ele foi esboçado por Maritain a pedido de Paulo VI e revisado pelo próprio Papa. Também deveria ampliar a *Professio fidei* que estava em vigor e fora

enriquecida por acréscimos do Vaticano I. Entretanto, esse credo não é recebido.

Por ocasião da abertura do grande Sínodo de Cracóvia para a implementação do Concílio em 1972, Karol Wojtyła declara expressamente que “o Concílio não se ocupou com todo o conteúdo de nossa fé e não reuniu todas as verdades e as formulou em um credo. Isso só aconteceu depois do Concílio por parte de Paulo VI, que, em 31 de junho de 1968, proclamou o Credo do povo de Deus fazendo explicitamente referência ao magistério conciliar. Esse credo mostra claramente que a doutrina do Concílio Vaticano II, concentrada na realidade da Igreja, deve ser inserida de modo orgânico em toda a herança da fé e, conseqüentemente, na doutrina de todos os concílios precedentes e ensinamentos papais”. Essa hermenêutica também determina a ação magisterial e político-eclesiástica do Papa polaco.

Em muitas de suas decisões político-eclesiásticas e textos magisteriais, Bento XVI corroborou essa forma “aditiva” de lidar com a tradição doutrinal do Segundo Milênio e os novos enunciados do Vaticano II. Basta pensar na maneira como ele lidou com a Fraternidade de São Pio e na coexistência de dois ritos litúrgicos na Igreja latina.

Dimensão trágica

Existe uma dimensão trágica profunda no facto de que, até o fim de seu pontificado, Bento XVI não percebeu como o Concílio Vaticano II fez resplandecer de maneira nova o mistério de Cristo, a origem instituidora da Igreja. Como? Pela forma como leu o Antigo e o Novo Testamentos e incluiu a teologia do 1º e do 2º Milênios em suas reflexões críticas. Com isso, o Concílio introduziu uma reflexão moderna e, ao mesmo tempo, autêntica da fé.

Não há necessidade de comentar que esse legado representa uma dificuldade para o Papa Francisco, assim como o

grande esforço que Francisco faz para destacar constantemente textos de João Paulo II e Bento XVI em sua importância e seu significado. Ele atribui grande valor à demonstração da continuidade no marco da visão geral modificada. Por outro lado, causou uma impressão estranha na Alemanha o fato de que, no réquiem pontifical na catedral de Colônia por ocasião da morte do Cardeal Meisner – após a leitura da carta de condolências do papa Francisco por parte do núncio – o Sr. Arcebispo Gänswein leu em voz alta uma carta de Bento XVI. Essa carta foi vivamente aplaudida por muitos dos dignitários de postura tradicionalista presentes, como, p. ex., o ex-bispo de Limburg, Tebartz van Elst.

Quais os maiores desafios de Francisco no que diz respeito à Cúria Romana? E como compreender as resistências ao pontífice dentro da Cúria e no episcopado de diversos lugares do mundo?

Em sua grande alocação para o jubileu em torno da instalação do Sínodo dos Bispos em Roma em outubro de 2015 [33], o papa Francisco tratou extensamente da sinodalidade na Igreja, mostrou seu fundamento teológico e falou da necessidade de introduzi-la em todos os níveis da Igreja. Segundo ele, é impossível tratar o povo de Deus, que foi distinguido pelo Espírito Santo com o *sensus fidei*, que não se engana, e tem parte na missão profética de Jesus Cristo, como sujeito meramente passivo a ser instruído por ministros.

Nesse sentido, o Papa faz referência especial às conferências episcopais. Em seu peso prático, elas substituíram as antigas províncias eclesiásticas dirigidas por seu respetivo arcebispo. Se as conferências episcopais não estiverem constituídas de forma sinodal e dotadas das respetivas competências, a Igreja atual não pode trilhar o caminho pelo qual a vontade de Deus quer guiar a Igreja hoje em dia. Este é um claro ponto programá-

tico do Papa para seu pontificado, e eu vejo nisso uma forma bem fundamental de realização do Concílio Vaticano II. Permito-me apontar que o número de escândalos eclesiais vai continuar na Igreja se não se implementar a sinodalidade junto com suas competências de controle e decisão.

Deseja acrescentar algo?

Oro que o papa Francisco tenha colaboradores realmente competentes e dotados de lealdade e perspicácia crítica e que ele próprio ainda possa atuar de modo abençoado durante alguns anos para fazer com que as iniciativas de seu pontificado amadureçam de maneira adequada.

<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/579349-sinodalidade-e-a-grande-novidade-e-tambem-o-desafio-de-francisco-entrevista-especial-com-peter-huenermann>

COMUNIDADE CRISTÃ DA SERRA DO PILAR

ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE - 25 de setembro 2021

Breves “notas-resumo”

No passado sábado, dia 25 de setembro, teve lugar uma Assembleia da nossa Comunidade. Foram cerca de 30 os elementos que acederam ao convite-desafio do Pe. Arlindo para, em consonância com a reflexão das suas últimas homilias e no quadro do recentemente publicado *Plano Diocesano de Pastoral 2021/2022* da Diocese do Porto (disponível em: www.diocese-porto.pt), refletir em conjunto sobre o passado recente, o momento presente, e perscrutar os sinais que o Espírito nos inspira para o futuro.

Mais do que elaborar uma Ata da “ordem de trabalhos” e respetivas “intervenções”, aos que ali se fizeram presentes pareceu que era importante dar a conhecer a todos os que conosco celebram a sua fé, Domingo após Domingo, o essencial do que ali foi partilhado, refletido e decidido. Eis, assim, em resumo, o essencial a reter para reflexão-ação de todos, no presente e no futuro:

- o **Grupo da Catequese**, que entretanto (no Domingo, 3 de outubro) já reuniu com os pais das nossas crianças, está assim a retomar a sua atividade, propondo que a catequese seja “para todos” (pais e filhos), tudo em ordem a “igreja doméstica” que, como Comunidade, nos compete construir;
- o **Serviço de Celebrações Externas à Comunidade** está a atualizar as “regras e condições” a serem observadas por aqueles que, vindos de fora, aqui pretendem celebrar as suas bodas (de casamento, de batismo ou funerais...). As regras e condições ainda em vigor estão afixadas no *placard* existente à saída do Mosteiro para conhecimento de toda a Comunidade;
- o **Grupo da Partilha Fraternal**, através de um breve “texto de apresentação” lido, distribuído e comentado pelos presentes, deu nota de que continua a sua atividade regular junto “dos mais pobres entre os mais pobres”.

Cumpra esta missão — que é de toda a Comunidade — “dando o peixe”... mas sem deixar de ir também “ensinando a pescar”, através de uma presença e disponibilidade feitas de proximidade e confiança mútua, sem as quais a Caridade se converteria em assistencialismo... A toda a Comunidade é pedida a atenção e a colaboração, sobretudo para os pedidos de auxílio pontuais a que sempre é necessário acorrer;

— o **Grupo da Limpeza** saúda a resolução do problema dos vidros do zimbório... mas apela à necessidade de mais mãos e mais braços disponíveis para o arranjo e limpeza deste espaço. Este é um trabalho sempre árduo que só poderá ser aliviado pela multiplicação dos que nele puderem colaborar de forma mais efetiva e regular. Pede-se, pois, uma especial atenção a esta tarefa de cujos resultados todos semanalmente usufruímos...

— finalmente, e porque (neste entretanto) as Autoridades civis e religiosas trataram de atualizar as regras e orientações a considerar nesta nova fase da luta contra a pandemia, **a nossa Liturgia assinalará também, de dois modos muito objetivos, esta mudança, já a partir do Domingo dia 10 de outubro:**

- em primeiro e mais importante lugar, **voltaremos a “partir o pão”**, re-partindo-o como sempre fizemos (na matéria e no gesto), embora mantendo todos os cuidados de higiene e desinfecção necessários. Tal significa que os Ministros da Comunhão continuarão a circular pelos bancos da Assembleia, levando o Pão-partido (e não já os “saquinhos”), que será recebido-comungado por quem assim desejar, sem que para tal tenha que sair do seu lugar;

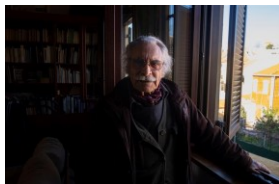
- decidiu-se igualmente **regressar ao gesto do ofertório**. Assim, no momento do silêncio pós-comunhão, um grupo de pessoas circulará com as cestas próprias para o dito e cada um colocará nelas a sua partilha na ajuda às contas (ainda não equilibradas) da nossa Comunidade. Porque todos de tudo usufruímos, será sempre oportuno recordar que a todos cumprirá ajudar a suportar os custos e equilibrar as contas...

A terminar, uma palavra que é sobretudo de futuro: todos os presentes na Assembleia se comprometeram em colaborar na **reativação do Conselho da Comunidade**, de modo a melhor operacionalizar os processos de reflexão e decisão inerentes e conducentes a uma mais participativa e empenhada vivência comunitária.

Como se conclui, a “tala” que a pandemia nos impôs começa, assim, a ser retirada... talvez ainda não seja tempo para “grandes danças”... mas será, certamente, o dos “pequenos passos”.

Como “Povo a caminho”, «partimos, vamos, somos» (Sebastião da Gama)!

ECHEVARRÍA (1929-2021): Último assentimento



Em relação à obra poética de Fernando Echevarría posso orgulhar-me, sem imodéstia, de – fundado na

constante releitura da sua obra poética e na atenção aos belos estudos que Maria João Reynaud lhe ia dedicando - haver conduzido sucessivas preleções e sua síntese escrita a um feliz acerto hermenêutico que, antecipando-se ao aparecimento do termo «assentimento» no idiolecto lírico-reflexivo do poeta, destacava essa mesma disposição de espírito no horizonte do devir da mundividência plasmada pela sua obra, graças a um processo, aliás ainda inconcluso, de entendimento e entrega segundo uma ética do dom e uma sageza que poderia deter-se em atitude de mera aceitação, mais ou menos passiva ou resignada, mas que em verdade se cumpre mais alto, numa gramática do assentimento perante os mistérios do valor divino do humano.

Cedo me impressionou a produção poética cerrada de F. Echevarría, a começar pelo contacto com a revelação em *Entre Dois Anjos* (1956) e com a primeira fase, ainda estreitamente ligada à cultura espanhola, à sua literatura mística e à sua tradição barroca (que vinha contaminar fecundamente de sensualidade o próprio anseio místico no idiolecto germinante do poeta). Cedo me conquistou o modo como, preservando a espiritualidade no seio do exílio militante, se ergueu a nível superior na lírica da tarda modernidade que é em Portugal a do último quartel do século XX - com uma extraordinária dicção de consciência religiosa ancorada em reflexão filosófica (refletida, desde logo, em títulos como *Introdução à Filosofia*, 1981, ou *Fenomenologia*, 1984); e conquista para a harmonia de Fé iluminada

e Razão esclarecida, em diálogo com as artes e com as faces do mundo (*Sobre os Mortos*, 1991, *Uso de Penumbra*, 1995, *Geórgicas*, 1998, etc.), uma gramática do assentimento perante os mistérios do Amor divino.

Depois, com a viragem do milénio e a magistral catáfora do título *Introdução à Poesia* (2001), toda a vasta obra poética que Echevarría continuará a trazer-nos *Epifanias* (2006), sob comando do ritmo do pensamento manifestado em efeitos musicais de impulso e pausa, «robustas pedras sonoras» subsumidas numa «torrencial arquitetura / de silêncio». Num ingente e contínuo caudal de criação e publicação, ainda mais impressionante por se revelar densa matéria de estudo (em homologia hermenêutica com a própria índole da obra lírica, que um dos seus títulos em 2009 emblematiza justamente como *Lugar de Estudo*), sem concessões aos potenciais desejos de acessível recepção, num regime calculado de escrita tão inamovível no seu rebuscamento idiolectal quanto eficaz nos seus efeitos, Fernando Echevarría é senhor, no cânone poético contemporâneo, de um lugar incomparável – pela singularidade quase paradoxal do discurso, logo sinalizada pelos títulos insólitos que continuam a intrigar-nos (*In Terra Viventium* em 2011, *Categorias e Outras Paisagens* em 2013).

Foi a *Obra Inacabada* recolhida em dois volumes no ano de 2016 que esteve em causa nas minhas últimas intervenções sobre a poesia de F. Echevarría, de modo que as inferências a que cheguei deverão ser reconsideradas, decerto corroboradas e matizadas, à luz da *Via Analítica* vinda a público em 2019.

O modo de existência do discurso poético e do seu sujeito são homólogos na obra de Fernando Echevarría: um curso contínuo, que flui com pausado mas inestancável impulso, que pulsa com ritmada fluidez. Assim deriva o texto em seus versos e em sucessivos poemas; assim degride a *persona* que nesse fluxo prosódico se situa ou se adivinha.

Esse curso da dicção e essa itinerância do sujeito respondem na poesia de F. Echevarría a uma causa final de conhecimento; e, pelo vínculo placentário dessa teleonomia

textual e do alcance transcendente dessa gnose – *Ritmo Real*: «caminha / aqui e além dela» -, diferenciam-se superadoramente quer do tropismo da força que «avança», quer do ambíguo sucedâneo da plenitude na apoteose inconsequente do instante em que se confina a vivência ou a experiência da efemeridade imanente - traços equívocos da nossa literatura nas décadas que leva de modernidade tardia e de pós-modernidade.

Aliás, constituindo-se a poesia de Echevarría como fenomenologia existencial da *durée* e meditação metafísica do Tempo, nela consequentemente se respira uma sabedoria da paciência que respeita o ritmo dos tempos peculiares da relação humana com o entorno empírico e com o Englobante jasperiano e que aceita os limites das possibilidades humanas – no fundo, fazendo reinar a grandeza de alma com que se participa da realidade (para vivê-la bem, com estrutura de horizonte transcendente) ... «E o coração relampagueia, cume / de pura inteligência compassiva.», como sintetizou a 18ª lição «Da epistemologia» na poética de *Filosofia*.

O método reside em «o estudo é mover-se», «naquele mover-se que, sabendo tudo, / sobretudo se sabe» - e para tal nos alerta a frequência dos verbos que denotam o trânsito do ser em situação (*ir, passar, etc.*) e dos verbos que direcionam esse movimento (sobretudo *ver*). Mas, se assim «A noite nos acende movimentos» (*Sobre as Horas*) e assim «passamos. E tudo se levanta / ...» (*Filosofia*), o *ethos* irredutível à *flânerie* da modernidade e a vocação espiritual que o move recompõem o método por uma dimensão de pausa, não menos musical, e reconfiguram-no quase paradoxalmente em «aquela pausa em que vamos».

Sem fugir ao estar-no-mundo, o sujeito desta lírica reflexiva vive-o sob o signo do transcendente, a ponto de instaurar a Parusia como horizonte visado pela pragmática textual. Mediada pela epifania eventual no quotidiano - «Contacto pleno: A tarde / está ferida de presença» -, tal Parusia não se confunde com o seu sucedâneo endógeno no quotidiano empírico, que pode irromper, por exemplo, na narrativa de Agustina.

De facto, a poesia de Echevarría cum-

pre-se em percursos de «reconhecimento», já não hegelianos, mas sim impregnados de «solicitude» e animados de «reciprocidade»; e assim essa poesia pratica o acolhimento da verdade das coisas e dos outros, deixando entrever, na sua velada axiologia, o desejo ricoeuriano de uma vida realizada em justas relações interpessoais e em instituições justas. Em simultâneo, porém, essa integração superadora da *flânerie* baudelairiana e da moderna deambulação fenomenológica em percursos discursivos e espirituais de «reconhecimento» envolve ainda uma mais alta virtude: quer reconhecer nos outros e nos estados do eu a aura divina do Outro, quer remontar à Fonte transcendente da verdade dos seres – conduzindo da generosidade da compreensão à piedade da comunhão eucarística (segundo poemas como o soneto «De repartirmos cada dia o pão»).

Trajeto nem de evasão nem de diversão, esse processo, em que, como lemos desde *Figuras*, «Estamos indo», exige a pertinente «paração do olhar», atribuída da pausa rítmica e sintática, semântica e cognitiva, da «pausa em que vamos». Pode, com efeito, beneficiar de um «repente» que se aparenta ao «súbito» de Agustina, mas, com vislumbre ou não de «transparência» sacra, propicia epifanias com conotações de alumbramento e terror sacro: «Parou. Um repente agosto / lhe fulminou o semblante. / ... / a eternidade cegou-lhe o coração.»

Esse repente insere-se num «caminho de atenção», em que se conjugam o andar e o ver da condição do *Homo Viator*., pastor do Ser que na vida e na linguagem busca sua refontalização ontológica (tal como as *Geórgicas* transpõem no seu imaginário pastoral). **A atenção que aí está em causa e eficiência exige «funda vigília do sentido» e «afinco na procura do sentido», faz-se «movimento gradual de aproximação» ao outro de si mesmo e ao outro das coisas e dos seres, ergue-se a «visão do pensamento» até à «vida a despedir-se eterna».**

JOSÉ CARLOS SEABRA PEREIRA / Diretor do Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura / Imagem: Fernando Echevarría | D.R. / Publicado em 06.10.2021